

## TRABALHO

Pela primeira vez desde 2003, salário mínimo não tem ganho real

PÁG.7

## ECONOMIA

Medidas de Temer não recuperarão economia do país

PÁG.3

## AUTOVISTORIA

Diretores do SENGE-RJ participam de encontro na Prefeitura

PÁG.8

Temer entregará  
R\$ 100 bilhões às  
teles



Medida passa por cima da  
Constituição PÁG. 6



# ENGENHARIA BRASILEIRA ESTÁ MORTA

Estratégia geopolítica de nações poderosas, como os Estados Unidos, quer nos enterrar PÁGS. 4 E 5

## GOVERNO TEMER É PROPAGANDA ENGANOSA

Aos poucos a população brasileira vai percebendo que o governo Temer não passa de propaganda enganosa, cuidadosamente vendida e embalada na maioria dos discursos oficiais e pela mídia, como a solução para o governo Dilma, paralisado pela crise na economia e principalmente por sua “incapacidade” de tirar o país dessa situação. Quatro meses se passaram desde o impeachment e a situação só piorou. Não somente a economia não tem dado sinais de recuperação, mas a crise política se agrava a cada momento.

As declarações dos acordos de leniência dos ex-dirigentes da Odebrecht deixam a cada dia o PMDB mais e mais envolvido com as negociatas e tráfico de influências, nas altas esferas do poder sem mesmo isentar a figura de Michel Temer. Fica cada dia mais difícil sua permanência como presidente da República, tamanho é seu grau de envolvimento com denúncias de extrema gravidade. Para piorar o quadro, toda sua “entourage”, inclusive seus ministros mais próximos, também está envolvida, o que comprova a tese defendida por nós desde muito tempo, ou seja, a completa degeneração do atual sistema político.

Toda e qualquer proposta de saída da crise tem que passar necessariamente pela legitimação pelo voto popular do presidente da República, bem como pela completa reforma do atual sistema político associado a operações criminosas de grande envergadura e altamente lesivas à população brasileira. Sua manutenção por mais tempo, além de insuportável, tem um alto custo social e político.

# Paradoxos da política de saneamento no Brasil

EVANILDO BARBOSA\*

**O** Brasil passa por uma crise democrática que afeta diversas áreas sociais e direitos conquistados ao longo das três últimas décadas. O saneamento básico, sempre deixado de lado por governos em diferentes níveis, poucos anos antes do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, parecia começar a obter avanços, ainda que cercado por contradições. Em 2013, a aprovação do Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB) foi vista como resultado de muitas lutas e reivindicações para possibilitar mais saúde e qualidade de vida para as atuais e as futuras gerações. Na época, a FASE atuava como membro do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), onde a questão fora debatida. Recentemente, diante das inúmeras preocupações em relação aos rumos que as políticas urbanas estavam tomando, nossa organização renunciou ao mandato no Conselho.

O atual contexto político brasileiro trouxe mais riscos a um processo político iniciado com o Pacto Pelo Saneamento Básico: Mais Saúde, Qualidade de Vida e Cidadania, em 2008. O desmonte dessa

construção, porém, teve início antes do impedimento de Dilma. Cabe destacar que a disputa em torno do saneamento básico como direito continuaria mesmo sem a recente ruptura democrática, já que corria em paralelo à implementação do Plano a tentativa de privatização do setor via Parcerias Público-Privadas (PPPs). A emergência do Brasil a um patamar de crescente destaque na economia global provocou alterações substantivas no *modus operandi* da gestão pública. Em um ambiente irrequieto, com vultosos investimentos públicos em grandes infraestruturas nas cidades, para energia, mineração, lazer e turismo, uma velha tríade já ganhava novos ares: Estado, sociedade, planejamento e gestão urbana se reordenavam, ganhando um padrão perverso. Perverso dado o risco de desconstrução das capacidades de inovação política da chamada ‘sociedade civil participativa brasileira’.

Desde 2011, o governo federal instituiu o Regi-

me Diferenciado de Contratações (RDC, Lei Federal 12.462) para dar respostas a exigências formais e urgências às contratações públicas que ora se apresentavam, tendo tal Regime sido imediatamente regulamentado pelo Decreto nº 7.581, que seria exclusivamente aplicável às licitações e aos contratos necessários no âmbito dos investimentos da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014, dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, assim como para as ações constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em 2012, o uso do RDC foi estendido para licitações e contratos de obras e de serviços de engenharia para os sistemas públicos de ensino, por meio da Lei nº 12.722. O governo brasileiro seguiu, então, ordenando que sistemas públicos fossem repassados à

iniciativa privada, dessa vez feita por meio da oferta de uma polêmica modalidade de contratação de obras públicas conhecida por Locação de Ativos. Trata-se de mais uma forma de participação que permite que a empresa a ser contratada construa e arrende determinada insta-

lação física (subestação, linha de transmissão, estação de tratamento de água e esgoto, dentre outros) ao ente público, em prazo contratual definido a priori.

A adoção das PPPs divide opiniões. De um lado, estão aqueles que lhe fazem oposição para não se cogitar qualquer alteração no papel do Estado, notadamente no que diz respeito às prerrogativas e às expectativas que lhe são imputadas de universalização do acesso aos serviços essenciais à população. Qualquer plataforma de reforma urbana pelo direito à cidade representa bem esta posição e expectativa. Do outro lado, se encontram gestores públicos e corporações empresariais que demandaram, elaboraram e agora aplicam o instrumento PPP.

► Leia o artigo completo em: <https://goo.gl/Qb5i2P>

\* EVANILDO BARBOSA é diretor da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

**O saneamento básico, sempre deixado de lado por governos em diferentes níveis, poucos anos antes do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, parecia começar a obter avanços**



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009  
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)  
Correio eletrônico: [informe@sengerj2.org.br](mailto:informe@sengerj2.org.br)  
[comunicacao@sengerj2.org.br](mailto:comunicacao@sengerj2.org.br)

**PRESIDENTE**  
Olimpio Alves dos Santos

**DIRETORIA COLEGIADA**

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Hermino de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virgínia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Beserra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá, Victor Marchesini Ferreira

**COLETIVO DE COMUNICAÇÃO**

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio e Victor Marchesini Ferreira

**CONSELHO FISCAL**

Efetivo: José Stelberto Porto Soares, Paulo César Quintanilha, Sônia da Costa Rodrigues  
Suplente: Antônio Carlos Alvares Grillo

**JORNAL DO ENGENHEIRO**

**Editora e jornalista responsável:**

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

**Repórter:** Marcelle Pacheco

**Estagiária:** Samantha Su

**Diagramação:** Leonardo Santos

**Revisão:** NPC

**E-mail:** [comunicacao@sengerj2.org.br](mailto:comunicacao@sengerj2.org.br)

**Tiragem:** 2.000 exemplares

**Periodicidade:** Mensal

**Impressão:** Folha Dirigida

# Medidas econômicas do golpista Temer não vão retomar o crescimento

Política do governo enfraquece mercado interno e não aumenta poder de compra da população

Por Samantha Su

O governo de Michel Temer anunciou uma série de medidas com foco na retomada da economia. Em 2016, o PIB, em queda por três trimestres consecutivos, fechou o ano com uma retração de 4%. Cenário que o país não obtinha desde a crise de 1929. No entanto, as propostas adotadas pelo governo do PMDB não têm como foco impulsionar a atividade produtiva.

A espinha dorsal da política federal é a arrecadação e a quitação das dívidas. Política que, para a análise técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), não consegue solucionar a depressão, que deveria envolver o combate ao desemprego e a retomada do mercado interno.

Dentre as medidas estão o Programa de Regularização Tributária (PRT), que possibilita o parcelamento dos impostos atrasados por empresas e pessoas físicas, chegando a dividir em até 96 meses. Ainda que a medida possa parecer uma recuperação da arrecadação do Estado, não dá soluções para médias e pequenas empresas se recuperarem, o que, segundo o Dieese, seria possível revisando “as condições de acesso a crédito com custos compatíveis às capacidades empresariais e de pagamento”.

Além disso, Temer foi modesto e amigável com os bancos. Um dos principais entraves para o crescimento econômico no Brasil são os altos juros cobrados pelos bancos. Isso se dá porque o Brasil é um dos países com maior spread bancário, que consiste na diferença entre o quanto o ban-



**O plano econômico de Temer deve entrar em vigor ao longo do biênio 2017 e 2018, mas não promete refrear o desemprego e nem fortalecer a soberania nacional**

co paga na captação de recursos e o que ele cobra na hora do empréstimo. A diminuição dessa diferença poderia facilitar o crédito e incentivar o mercado interno, reaquecendo a economia. Mas apesar do governo federal aplicar medidas nesse sentido, nenhuma delas combate a raiz do problema: a concentração do mercado financeiro brasileiro, capaz de impor preços abusivos aos consumidores. O que foi proposto é nada mais do que disponibilizar aos bancos um maior acesso a informações do cliente, o que facilitará na hora de identificar bons e maus credores. Isso fará com que os bancos possam aplicar juros maiores dependendo do seu histórico de pagamento. Nesse sentido, há apenas uma readequação na taxa dos juros, mas ela dificilmente será diminuída.

Já para o trabalhador, uma das modificações que o governo deverá fazer

é sobre os 10% de multa adicional ao empregador sobre o FGTS de trabalhadores demitidos sem justa causa. A proposta é que por dez anos se diminua 1% da multa. A implementação reduzirá o custo da demissão e deixará o emprego mais instável.

“Na medida em que facilita a ro-

tatividade da mão de obra, precariza ainda mais o mercado de trabalho. Do outro lado, com o fim dos 10% adicionais, menos recursos estarão disponíveis para o financiamento das obras de estabilidade pública”, escreveu o Dieese em nota.

O plano econômico de Temer deve entrar em vigor ao longo do biênio 2017 e 2018, mas não promete refrear o desemprego e nem fortalecer a soberania nacional. Muito pelo contrário, Temer anuncia tempos de maior dependência ao capital estrangeiro com a ampliação da privatização e a flexibilização das leis trabalhistas para atrair o mercado externo.

O Brasil tende a diminuir a competitividade no comércio exterior, onde a participação ainda é muito aquém para uma das dez maiores economias do mundo, estando na 25ª posição. Desde 2013, o Brasil enfrenta déficit nas exportações, ganhando estabilidade apenas em 2015, quando ainda estava na 32ª posição. O projeto de Temer fragiliza ainda mais essa retomada.

**ENGENHEIRO (A) BOM DE BOLA!**  
**4ª COPA SENGE-RJ DE FUTEBOL SOCIETY**  
 Monte seu time Venha assistir e torcer

**Inscrições:**  
 13/março à 17/abril de 2017  
**Informações:**  
 eventosengerj@gmail.com  
**Data dos jogos:**  
 julho/agosto 2017

**Inscrições e Regulamento:**  
<http://estatico.sengerj.org.br/copasenge/index.html>

**Local: Rio de Janeiro**

Promoção  
 Senge-RJ  
 Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro

Apoio  
 MUTUA-RJ  
 Companhia de Seguros e Previdência

# A ENGENHARIA BRASILEIRA ESTÁ MORTA

A estratégia geopolítica de nações poderosas que querem nos enterrar não se resume a fortalecer sua própria engenharia e suas maiores empresas. Inclui sabotar as empresas e a engenharia de outros países

Por Mauro Santayana,  
para a REDE BRASIL ATUAL

**A** Engenharia Brasileira está morta. Será cremada no altar da Jurisprudência da Destruição, do entreguismo e da ortodoxia econômica. Suas cinzas serão sepultadas em hora e local a serem anunciados no decorrer deste ano de 2017.

Em qualquer país minimamente avançado, a engenharia é protegida e reverenciada como o outro nome do poder, da prosperidade e do desenvolvimento. Não há países que tenham chegado a algum lugar sem apoiar soberana e decisivamente sua engenharia. Também não existem nações que tenham crescido econômica e geopoliticamente sabotando, inviabilizando, destruindo, execrando, ensinando seu povo a desprezar, odiar e demonizar essa área, seus técnicos, trabalhadores, suas empresas, projetos, líderes e empresários, como

o Brasil está fazendo agora.

Sem engenharia, os soviéticos não teriam derrotado a Alemanha nazista, com suas armadilhas para Panzers e seus portentosos tanques T-34. Nem enviado o primeiro satélite artificial, o Sputnik, para a órbita terrestre, nem feito de Yuri Gagarin o primeiro homem a viajar pelo espaço.

Sem engenharia, os Estados Unidos não teriam construído suas pontes e arranha-céus, monumentos inseparáveis da mística do american way of life no século 20. Nem produzido a primeira bomba atômica, ou chegado à lua em menos de 10 anos, a partir do desafio estabelecido pelo presidente John Kennedy em 1961.

Desde a consolidação do Império Britânico, ela mesma filha direta, dileta, da Revolução Industrial inglesa; desde a substituição de importações pelos Estados Unidos após a independência, e pela URSS, depois da Revolução de Ou-

tubro de 1917, o mundo sabe: não existem nações dignas desse nome que consigam responder a questões como para onde avançar, como avançar, quando avançar, sem a ajuda da engenharia.

Foi isso que fez Juscelino Kubitschek, por exemplo, com o binômio "Energia e Transporte" e seus "50 anos em 5", e os governos militares – embora o tivessem combatido e perseguido em várias ocasiões – o seguiram na adoção do planejamento como instrumento de administração pública e no apoio a grandes empresas brasileiras para a implementação de grandes projetos nacionais.

Empresas e grupos nacionais estão sendo destruídos, agora, pelo ódio, a pressão e a calúnia, como se tivessem sido atingidos por uma devastadora bomba de nêutrons.

Com a maior parte de seus executivos presos em algum momento, as maiores empreiteiras do país foram levadas a avalizar a transforma-

ção de doações legais de campanha e de caixa dois em propina – retroativamente, nos últimos três anos.

Aceita-se, na ausência de provas cabais de pagamentos de corrupção na escala bilionária apresentada pela imprensa e aventada pelo Ministério Público a todo momento, a imposição de multas punitivas "civis" a título de nebulosas "indenizações por danos morais coletivos" da ordem estratosférica de bilhões de dólares.

Estamos reféns de discutíveis acordos de delação premiada impostos por uma operação que já acarretou para o país – com a desculpa do combate à corrupção – R\$ 140 bilhões em prejuízo, a demissão milhares de trabalhadores, a interrupção de dezenas de projetos na área de energia, indústria naval, infraestrutura e defesa, a quebra de milhares de acionistas, investidores e fornecedores.

Diante de tudo isso, não podemos fazer mais do que comunicar



Foto: Divulgação

**Apoiar soberana e decisivamente a engenharia é fundamental para o desenvolvimento**

o falecimento da engenharia brasileira, famosa por ter erguido obras pelo mundo inteiro, de rodovias no deserto mauritaniano a ferrovias e sistemas de irrigação no Iraque; passando pela perfuração de galerias e túneis sob as montanhas dos Andes; pelo desenvolvimento de sistemas de resfriamento contínuo de concreto para a construção de Itaipu; ou pela edificação de enormes hidrelétricas na África Subsaariana.

A engenharia nacional está perecendo. Foi ferida de morte por um sistema judiciário que pretende condenar, a priori, qualquer contato entre empresas privadas e o setor público, e desenvolveu uma Jurisprudência da Destruição de caráter descaradamente político, que não concebe punir corruptos sem destruir grandes empresas, desempregar milhares de pais de família, interromper e destruir dezenas de projetos estratégicos.

Um sistema judiciário que acredita que deve punir, implacável e estupidamente, não apenas as pessoas físicas, mas também as jurídicas, não interessando se esses grupos possuem tecnologia e conhecimento estratégicos, desenvolvidos ao longo de anos de experiência e aprendizado, se estão envolvidos em projetos vitais para o desenvolvimento e a segurança nacional, se deles dependem, para sobreviver, milhões de brasileiros.

A engenharia brasileira faleceu, com seus escritórios de detalhamento de projetos, suas fábricas de bens de capital, seus estaleiros de montagem de navios e plataformas de petróleo fechados, suas linhas de crédito encarecidas ou cortadas, seus ativos vendidos na bacia das almas e seus canteiros de obras abandonados.

E o seu sepultamento está marcado para algum momento de 2017.

Será sacrificada no altar da estúpida manipulação midiática de factoides econômicos, com atitudes desastrosas como a antecipação suicida pelo BNDES – em plena recessão – do pagamento de R\$ 100 bilhões ao Tesouro. Um dinheiro que poderia ser imediatamente aplicado

“  
*A engenharia brasileira faleceu, com seus escritórios de detalhamento de projetos, suas fábricas de bens de capital, seus estaleiros de montagem de navios e plataformas de petróleo fechados, suas linhas de crédito encarecidas ou cortadas, seus ativos vendidos na bacia das almas e seus canteiros de obras abandonados.*  
”

em infraestrutura, vai em troca de uma insignificante, irrelevante, pouco mais que simbólica redução de 1% na dívida pública, quando, sem fazer alarde, os dois últimos governos reduziram a Dívida Nacional Bruta de 80% em 2002 para 67% em 2015, e a Dívida Líquida de 60% para 35% no mesmo período, pagando US\$ 40 bilhões devidos ao FMI, e economizando mais de US\$

370 bilhões em reservas internacionais nos anos seguintes.

A engenharia brasileira está para ser sepultada, ou cremada, porque não pode mais sobreviver, a longo prazo, em um país que aceitou aumentar os gastos públicos apenas pelo índice de inflação do ano anterior, durante os próximos 20 anos, engessando estrategicamente o seu desenvolvimento, com uma imbecil e limitante camisa de força, enquanto outros países e regiões, como os Estados Unidos e a Europa, muito mais endividados – e desenvolvidos – do que nós, continuarão a se endividar, a se desenvolver e a se armar cada vez mais, já que seu discurso neoliberal e ortodoxo só serve para enganar e controlar trouxas de terceira categoria como os nossos, e quase nunca é aplicado no caso deles mesmos.

Esse hipócrita discurso para trouxas não é apenas econômico, mas também jurídico. E nesse caso, gera ganhos reais, que vão além da eliminação ou diminuição da concorrência de potenciais competidores em campos como o da engenharia.

Da estratégia geopolítica das nações mais poderosas do mundo, não faz parte apenas fortalecer permanentemente a sua própria engenharia e suas maiores empresas, mas, também, sabotar as empresas e a engenharia de outros países, usando desculpas de diferentes matizes, que são repetidas e multiplicadas

pela mídia sabuja e babosa desses mesmos lugares.

Não é outra coisa o que os Estados Unidos fazem por meio de órgãos como o Departamento de Justiça e de iniciativas como o próprio Foreign Corrupt Practices Act, sob o manto do combate à corrupção e da proteção da concorrência. Leniente com suas próprias companhias, que não pagam mais do que algumas dezenas de milhões de dólares em multa, os Estados Unidos costumam ser muito mais duros com as empresas estrangeiras.

Tanto é que da lista de maiores punições de empresas pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos por corrupção em terceiros países – incluídos alguns como Rússia, que os Estados Unidos não querem que avancem com apoio de grupos europeus como a Siemens – não consta nenhuma grande empresa norte-americana de caráter estratégico.

A Lockheed Martin e a Halliburton, por exemplo, pagaram apenas uma fração do que está sendo imposto como punição, agora, à Odebrecht brasileira, responsável pela construção do nosso submarino atômico e do míssil ar-ar da Aeronáutica, entre outros projetos, que deverá desembolsar, junto com a sua subsidiária Braskem, uma multa de mais de R\$ 7 bilhões, a mais alta já estabelecida pelo órgão regulador norte-americano contra uma empresa norte-americana ou estrangeira.

# Por cima da Constituição, Temer entregará bilhões às teles

R\$ 100 bilhões a menos: é o que prevê o PL das Teles, aprovado pelo Senado

Por Samantha Su

O plano de ataques do Governo Michel Temer aos direitos constitucionais continua a todo vapor. Dessa vez, os alvos são a Lei Geral das Telecomunicações e o Marco Civil da Internet. Através do Projeto de Lei da Câmara nº 079, de 2016, conhecido como o “PL das Teles”, as empresas de telefonia não vão ter o que reclamar da crise. A receita do PLC é perfeita para a entrega do patrimônio à iniciativa privada: estabelece menos obrigatoriedade com o serviço público combinada com a anistia dos bens reversíveis, calculado em bilhões.

A iniciativa vai repassar de graça para as operadoras de telefonia, nada menos que R\$100 bilhões em bens reversíveis da União. Ou seja, trata-se de toda infraestrutura, tais como redes de cabo de cobre e fibras ópticas, dutos subterrâneos, centrais de controle, imóveis etc, que é cedida pela União enquanto durar o período de concessão, necessária à continuidade e prestação dos serviços. Segundo a Lei Geral de Telecomunicações, de 1997, esses bens devem retornar para que o governo possa fazer nova licitação, ao fim da concessão, em 2025. O que propõe o PLC 079 é que o regime de concessão se modifique para o de autorização, passando a infraestrutura para o controle das empresas. Toda a responsabilidade com a garantia do serviço público será resguardada por autorizações da Anatel. Órgão que, através de seu presidente, Juarez Quadros, tem constantemente demonstrado alinhamento ao projeto.

## MOBILIZAÇÃO TENTA RESISTIR ÀS IRREGULARIDADES DO PROJETO

O congresso parece querer aprovar às pressas o PLC 79/16. O pro-

jeto, de autoria do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), chegou ao Senado em 30 de novembro e lido no mesmo dia em plenário, foi remetido à Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional (CEDN). O parecer saiu no dia seguinte e, em 6 de dezembro, o Projeto foi aprovado sem discussão no plenário. Os senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Paulo Rocha (PT-AM) e José Pimentel (PT-CE) entraram com recurso pedindo para que o projeto, que modifica o legislativo, seja ao menos discutido em plenário no início do ano de 2017. O recurso está agora nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF), que deverá julgar se a votação foi legítima.

Diante da situação, diversos movimentos sociais, dentre eles o Clube de Engenharia, Intervezes, Barão de Itararé e outros, entraram com o pedido no Ministério Público Federal (MPF), de um Inquérito Civil Público para apurar as irregularidades na aprovação do documento pelo Senado.

## CASO DA OI

Se o PLC mostra cada vez menos ter algum interesse público, seu interesse privado pode ser esclarecido com a crise que passa hoje a maior empresa de telefonia fixa do país. A alteração na lei poderia favorecer o mercado para a venda da Oi, que em um ano acumulou R\$10 bilhões em prejuízos e uma dívida de R\$65 bilhões ao todo. Se em 2013, o TCU declarou que os bens reversíveis estariam em R\$105 bilhões, metade disso (R\$51,9 bilhões) está sob domínio da Oi e será anistiado com o fim da concessão.

## A FALSA REPRESENTATIVIDADE DA ANATEL

A Anatel, agência que deveria se comprometer com a regulamentação do serviço de telecomunicação, não é um bom exemplo de fiscalização. Segundo Marcio Patusco, presidente do Conselho Consultivo da Anatel como representante da sociedade civil, a agência chega a tratar o PLC 079 como consolidado. “Nós tínhamos uma única reunião marcada para agora dia 18 de janeiro, íamos discutir exatamente o plano geral de metas de universalização que foi todo baseado na lei nova, que não está sequer sancionada. Isso é uma irregularidade tremenda. Não há legitimidade nesse plano, assim como não há no plano geral de outorgas, baseado também no PLC 079”, declarou Patusco.

Juarez Quadros, presidente da Anatel, cancelou as reuniões alegando problemas de verbas por não terem ainda aprovado as despesas desse ano. “Ele não quer se expor, porque ele vem defendendo reiteradamente essa iniciativa e não quer enfrentar a oposição”, opina Patusco. O problema da representatividade é ainda mais grave, pois em 16 de fevereiro o mandato dos representantes da sociedade se extingue e não há convocação para substituição. “O pior desse cenário é que está em tramitação no Congresso o que chamamos do PL das Agências Reguladoras. Isso irá retirar a representatividade da sociedade nos conselhos consultivos e transferir isso para o legislativo. Em suma, vão acabar com os conselhos”, explica o presidente do Conselho. O risco de não haver novas eleições e burocratizar ainda mais a representação das agências reguladoras torna cada vez mais fácil a exploração do serviço sem nenhum tipo de fiscalização.

## Estado negocia redução de salários dos Servidores

Pouco mais de uma semana depois do anúncio do novo piso nacional, o procurador geral do Estado do Rio de Janeiro, Leonardo Espíndola, se reuniu com a equipe do Tesouro Nacional para acertar um acordo entre o Governo do Estado do Rio e a União. Dentre os termos do acordo, está a redução de salários e jornadas dos servidores público estaduais, que precisará ser aprovada pelo STF.

A proposta foi feita com a justificativa de enxugar as contas do Estado, ainda que 51% dos Servidores públicos estejam com o salário de novembro parcelado em 5 vezes pelo próprio governador. Mais de 200 mil trabalhadores não receberam os meses de novembro, dezembro e nem décimo terceiro completos. Apenas os funcionários ativos da educação, os ativos e inativos da segurança pública, os da Procuradoria Geral do Estado e os da Secretaria da Fazenda, de Planejamento e Gestão receberam integralmente seus contracheques de novembro.

Junto à barganha, as medidas propostas pelo governo federal que não passaram em plenário na Assembleia Legislativa do Rio, em 20 de dezembro, deveriam ser retomadas. Uma delas, por exemplo, é o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%. Como contrapartida, a União perdoaria a dívida do Estado do Rio durante três anos. Também em negociação estariam a privatização da Cedae em dois anos, extinção de outras estatais e corte de gastos como concursos públicos e reajustes. A Alerj tem cerca de três meses para aprovar as propostas da União e o acordo precisa ainda de apreciação do STF.

## SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

O Salário Mínimo Profissional é uma conquista que estabelece o mínimo a ser pago aos profissionais de engenharia, agronomia, química, arquitetura e médicos veterinários em regime celetis-

ta. É um direito regido pela lei 4.950-A, inspirada no engenheiro e político Rubens Paiva e representa uma conquista política que assegura direitos aos trabalhadores do setor. Sendo assim, garante

que jornadas de seis horas são equivalentes a seis salários mínimos vigentes e de oito horas podem chegar a até 9 salários mínimos. Esse ano, de acordo com o novo salário mínimo, o piso da

engenharia para 6 horas é de R\$5.622 e para 8 horas é de R\$8.433. As empresas são obrigadas a cumprir com a lei do mínimo profissional. Caso isso seja descumprido, acione o seu sindicato!

# Salário mínimo não terá ganho real pela primeira vez desde 2003

Governo Temer aplica redutor e o poder de compra diminui em 2017

Por Samantha Su

O salário mínimo não terá aumento real no poder de compra do trabalhador esse ano. Fixado em R\$937, o novo salário mínimo para 2017 leva em conta o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) do ano anterior (2016), de 6,48%. Este é o primeiro ano desde 2003 em que não há aumento acima da inflação. A medida põe fim à política de valorização do salário mínimo acordada pelo poder executivo em 2007, durante o governo Lula. A iniciativa deveria valer até 2023. O acordo tinha como critério o repasse da inflação do período, somado ao aumento real pela valorização do PIB, além da antecipação da data-base para janeiro.

A justificativa do governo Temer é que o PIB de 2015 não teve aumento, portanto o equivalente ao ajuste não teria ganho. Segundo o Departamento Intersindical de estatística e estudos sócio-econômicos (DIEESE), a política de valorização do salário mínimo fortalece a economia e obteve resultados positivos nos últimos anos. “Esta sistemática é reconhecida como um dos fatores mais importantes no aumento da renda da população mais pobre e marca o sucesso de uma luta que promoveu um grande acordo salarial da história do país. A valorização do SM induz a ampliação do mercado consumidor interno e, em consequência, fortalece a economia brasileira”, afirma o Dieese em nota.

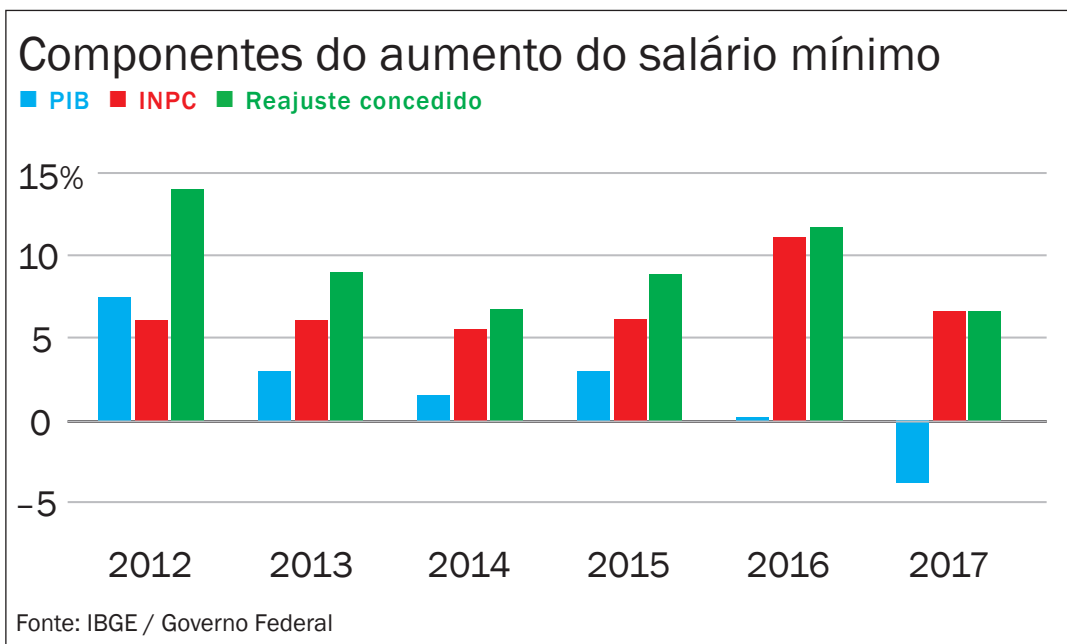
Segundo o Departamento, desde 2003, o salário mínimo aumentou em 77,17% acima da inflação, tendo seu pico em 2006 com o aumento do poder de compra em 13,04% e sua menor taxa no ano passado, com 0,36%. Para o presidente do Senge RJ, Olímpio Alves dos Santos, a política econômica adotada pelo novo governo é de depreciação do mercado interno: “É lamentável que estejamos vendo um governo destruir todos os avanços que a classe trabalhadora conquistou. Mesmo para a economia, é uma política prejudicial. Estamos vendo o desmonte das áreas de ciência e tecnologia e, conseqüentemente, da

## REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valor	Reajuste nominal	INPC	Aumento Real
Abril/2003	R\$240	20%	18,54%	1,23%
Abril/2007	R\$380	8,57%	3,30%	5,10%
Janeiro/2012	R\$622	14,13%	6,08%	7,59%
Janeiro/2015	R\$788	8,84%	6,23%	2,46%
Janeiro/2016	R\$880	11,68%	11,28%	0,36%
Janeiro/2017	R\$937	6,48%	6,58%	-0,10%

Total de 2003 a 2016  
Inflação (INPC): 148,34%  
Reajuste total: 340%  
Ganho real: 77,18%

Fonte: Dieese



Fonte: IBGE / Governo Federal

engenharia nacional. Isso enfraquece o mercado interno e acaba com a soberania brasileira”, relata o engenheiro. Para o presidente do sindicato, o panorama atual tem desestimulado o emprego formal e isso é sentido na área de engenharia: “Quase não há vagas no mercado e o salário mínimo ainda está depreciado. Mesmo em profissões como a nossa, que tem um nivelamento do salário regido por lei, a insegurança tem levado a procurar outras fontes de renda”, afirma.

Ainda segundo o Dieese, mesmo no emprego informal, o salário mínimo é utilizado como referencial. O

dado é de que 47,9 milhões de pessoas têm ele como base. Dentre elas, aproximadamente 23 milhões são do INSS, 12 milhões empregados formais, 8 milhões de trabalhadores por conta própria, 3 milhões de trabalhadores domésticos e 184 mil empregadores. Além de servir como regulador do mínimo, a movimentação da economia é relevante. A renda é incrementada em R\$35 bilhões e a arrecadação tributária aumenta em R\$18,865 bilhões. Só nesse ano, considerando os rendimentos referenciados no salário mínimo, o governo perderá R\$1,4 bi-

lhão na economia. Isso porque o resíduo redutor aplicado é de R\$2,29.

## INTENÇÕES JÁ PREVISADAS NA PEC 55

A política de redução do salário mínimo tende a se aprofundar. Com a aprovação da PEC 55 em dezembro do ano passado, o Salário Mínimo fica submetido ao limite de despesas da União. Se o governo ultrapassar as despesas do que é fixado na lei, a conta será paga pelos trabalhadores, sem aumento acima da inflação. A PEC, que passa a vigorar em 2018, congela todos os gastos primários durante 20 anos, incluindo o Salário Mínimo.

## PREVIDÊNCIA TAMBÉM TERÁ GRANDES IMPACTOS

Não serão só os empregados afetados. A previdência social corre riscos, pois 80% dos benefícios correspondem a um salário mínimo. Além disso, segundo o Dieese, a cada R\$1 aumentado no salário mínimo são R\$300,734 milhões ao ano sobre a folha de benefícios da Previdência. O que significa dizer

que, para a previdência, o aumento de R\$57 em 2017 custará R\$17,142 bilhões a mais por ano. A previsão é de que a previdência social deixe de se basear pelo salário mínimo em pouco tempo. O ex-presidente do Banco Central, Arminio Fraga, sinalizou isso durante uma palestra no Rio de Janeiro:

“A PEC (55) se torna insustentável sem que seja feita uma reforma muito boa na previdência”, declarou.

Leia mais em nosso site: [www.sengerj.org.br/blogs/seusdireitoscorremrisco](http://www.sengerj.org.br/blogs/seusdireitoscorremrisco)

# Em encontro com a Prefeitura, SENGE-RJ coloca em pauta lei de Autovistoria Predial

Foto: Arquivo

Em âmbito federal, a lei ainda tramita no senado. Já para a lei municipal, foram propostas modificações

Por Samantha Su

Na última terça-feira, 17 de janeiro, o SENGE-RJ participou de uma reunião na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com a Chefe de Gabinete, Sr<sup>a</sup> Margaret Cabral, e o Assessor Chefe Sr. Isaias Zavarise. Na oportunidade, o sindicato reiterou a necessidade de se alterar a Lei Complementar nº 126 e o Decreto 37426, com o objetivo de eliminar algumas distorções e controvérsias. Segundo o diretor do Senge, Marco Antônio Barbosa, "a autovistoria é uma tarefa multidisciplinar, em que devem participar diversos engenheiros, de acordo com



Representantes do SENGE-RJ em encontro na Prefeitura do Rio de Janeiro

o grau de complexidade do prédio a ser vistoriado", declarou.

Algumas das modificações propostas versavam sobre a adequação na legislação estadual (Lei nº 6400), uma maior transparência e comprometimento sobre a participação dos profissionais envolvidos no laudo, além de maior divulgação de informações aos condôminos e interessados na lei. O Senge enfatizou a urgência na promulgação da lei federal, ainda em tra-

mitação no Senado, para regularizar a autovistoria predial no país. Como retorno, os representantes do Governo Municipal se responsabilizaram por encaminhar a discussão, enviando o mais brevemente possível o pedido de alteração da lei ao Legislativo Municipal, sem esquecer a aprovação da lei federal.

Leia mais em nosso site: [www.sengerj.org.br/blogs/autovistoria](http://www.sengerj.org.br/blogs/autovistoria)

# Relatório da Reforma da Previdência sai até meados de março

O relator da Reforma da Previdência, o deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), informou que pretende apresentar seu relatório até meados de março. A oposição criticou a pressa em votar a proposta ainda no primeiro semestre. Um dos argumentos é que a reforma altera a Constituição e vai mexer com a vida de mais de 200 milhões de brasileiros.

Além disso, a indicação de Maia para a relatoria está sendo contestada. O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) protocolou uma reclamação, citando artigos do Regimento Interno da Câmara. O documento indica que Arthur Maia recebeu recursos de bancos e seguradoras em sua campanha eleitoral e, de acordo com Ivan Valente, estas empresas seriam interessadas na Reforma.

Leia mais em nosso site: [www.sengerj.org.br/blogs/seusdireitoscorremrisco](http://www.sengerj.org.br/blogs/seusdireitoscorremrisco)

## art 27

### GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato ([www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

## MAIO A JULHO CURSO SEMIPRESENCIAL

Dirigido a profissionais e estudantes de engenharia e áreas afins, economia e ciências sociais, gestores públicos e privados. Pré-requisito: possuir nível superior completo ou em curso.



**DESCONTOS ESPECIAIS**  
Profissionais e estudantes sindicalizados ao SENGE-RJ e para empresas.

## AMÉRICA LATINA NO SISTEMA MUNDIAL

INTEGRAÇÃO REGIONAL E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO



### SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009  
Tel: (0 XX 21) 3505-0707  
Endereço: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)  
Correio eletrônico: [informe@sengerj2.org.br](mailto:informe@sengerj2.org.br)  
[comunicacao@sengerj2.org.br](mailto:comunicacao@sengerj2.org.br)